

A CIDADE, O CIDADÃO, O LAZER E A ANIMAÇÃO CULTURAL

CITY, CITIZEN, LEISURE AND SOCIAL AND
CULTURAL DEVELOPMENT

Victor Andrade de Melo¹

RESUMO: Como compreender a relação do cidadão com a cidade nos dias de hoje? Como pensar a cidade como espaço múltiplo de lazer? Pode uma perspectiva de mediação cultural ajudar na construção de uma cidade mais inclusiva e de uma sociedade mais justa? Este artigo pretende traçar algumas reflexões sobre tais assuntos a partir do ponto de vista de teóricos ligados à Arquitetura e aos Estudos Culturais. Ao fim, procura argumentar que a animação cultural pode ser uma boa alternativa de intervenção para contrapor, sem negar, os usos atuais da tecnologia, que acabam por contribuir para o esvaziamento dos espaços públicos a partir da construção da idéia de uma cultura midiática e privatizada.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Cultural e Social, Processo de interferência Cultural, Cidade, Lazer

INTRODUÇÃO

"O sol nasce e ilumina
As pedras evoluídas
Que cresceram no lugar
De plantas destruídas
(...)
E a cidade se apresenta
Centro das ambições
Para mendigos ou ricos
E outras armações
(...)
A cidade não para
A cidade só cresce
O de cima sobre
O de baixo desce

¹ Professor Doutor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordenador do Grupo de Pesquisa "Lazer e Minorias Sociais". Maiores informações sobre o grupo podem ser obtidas em: www.lazer.eefd.ufrj.br.

A cidade se encontra
Prostituída
Por aqueles que a usaram
Em busca de safda..."²

Como compreender a relação do cidadão com a cidade nos dias de hoje? Como pensar a cidade como espaço múltiplo de lazer? Pode uma perspectiva de mediação cultural ajudar na construção de uma cidade mais inclusiva e de uma sociedade mais justa? Este artigo pretende traçar algumas reflexões sobre tais assuntos a partir do ponto de vista de teóricos ligados à Arquitetura e aos Estudos Culturais.

De início somos instados a reconhecer que o futuro da cidade parece preocupante em um momento onde se percebe nitidamente um esvaziamento da esfera pública (ou pelo menos sua complicada reconfiguração), um desgaste pronunciado do tecido urbano, uma decomposição das relações sociais, uma intensa crise de valores, bem definida por Oskar Negt como um verdadeiro "vácuo moral".

Para compreender melhor esse processo de desgaste, devemos considerar as articulações entre aspectos econômicos e culturais, não crendo que se trata exclusivamente de um desdobramento de uma crise financeira que de alguma forma engloba todo o mundo. Não devemos aceitar que as discussões acerca da dimensão cultural do problema sejam negligenciadas, como bem alerta Negt (2002, p.18):

Nunca se produziu tanto e de maneira tão eficaz como hoje em dia. Mesmo assim, as pessoas se preocupam dia e noite com problemas econômicos. Nunca se viu um fenômeno desse na história. O que sempre houve foi uma economia da escassez que dizia: quando formos ricos teremos tempo suficiente para nos preocupar com os problemas da cultura.

Não por acaso, reflexo de uma tendência a supervalorizar o aspecto econômico, podemos identificar no imaginário da população uma certa hierarquização das necessidades, onde saúde, educação e trabalho (entendidos como fundamentais à "sobrevivência") ocupam espaço de predominante importância, ficando relegados ao segundo plano problemas relacionados à cultura e ao lazer, compreendidos como solicitações para um segundo instante, quando os primeiros problemas estiverem sanados.

Essa compreensão que acomete os indivíduos é de certa forma referendada pelo próprio poder público, sempre mais preocupado com superávites, balanços positivos e ajustes fiscais do que com outras dimensões também fundamentais para o bem estar humano. Perceba-se como as secretarias de esporte, lazer e cultura estão entre as que menor valor recebem nas negociações políticas,

² Extrato da letra "A cidade", de Chico Science.

por ocasião da montagem da equipe de governo, também estando entre as que obtém menor fatia do orçamento.

IMPACTOS NAS CIDADES, IMPACTOS NO LAZER

Com a crise econômica crescente, a hierarquização das necessidades humanas e o desgaste do tecido urbano, os impactos nos momentos de lazer da população são inegáveis e intensos. Vale lembrar que as ocasiões de não-trabalho e as instituições organizadas pelos trabalhadores nesses momentos foram muito importantes no forjar de uma autoconsciência social, ocupando no passado relevante papel para as diferentes camadas sociais. Os estudos de E.P.Thompson, por exemplo, demonstram como os momentos de lazer e as associações de trabalhadores, inclusive clubes, foram fundamentais para a autoconstituição da classe operária (MELO, 2001).

Na cidade do Rio de Janeiro podemos observar alguns aspectos desse desmantelamento das formas públicas de lazer. Um dos exemplos é a queda de prestígio e a falência dos antigos clubes de bairro. Até a década de 1980, era comum que muitas comunidades locais possuísem seu clube, sempre ativo e possibilitando oportunidades múltiplas de diversão e convívio social. Hoje em dia um grande número de associações dessa natureza já não mais existem ou estão em mau estado de conservação³. Tal processo certamente trás repercussões negativas para as perspectivas de organização de redes de sociabilidade e solidariedade.

Outro exemplo notável é o declínio dos cinemas de rua. Em 1955, o Rio de Janeiro atingiu seu número máximo de cinemas, cerca de 190, espalhados por quase 50 bairros. Eram cinemas de bairro, com uma só sala de exibição e que tinham como público-alvo a comunidade dos arredores. Hoje temos cerca de 150 salas de cinema, mas estas se distribuem somente por cerca de 20 bairros, normalmente organizadas no modelo de complexos cinematográficos (várias salas em um só cinema), se localizando, na maior parte dos casos, em shoppings-centers.

Perceptivelmente a noção de ocupação do espaço público sempre esteve mais voltada para os interesses dos grupos sociais ligados às elites econômicas, mas ainda assim havia possibilidades constantes para a participação das camadas populares. Tais possibilidades teriam desaparecido? O que terá havido nas últimas décadas, uma destruição completa da esfera pública? Nicolau Sevcenko (2002, p.39) crê que não. O que para ele ocorre: "não é uma dissolução dessa esfera pública simultaneamente à esfera privada, mas um processo de circularidade pelo qual as duas tendem a estados de convergência e de diluição das suas fronteiras".

TECNOLOGIA E CULTURA

Para este autor, uma das explicações para isto pode ser encontrada no

³ Podemos citar alguns exemplos: Cassino Bangú (Bangu), Sepetiba Esporte Clube (Sepetiba), Esporte Clube São José (Magalhães Bastos), Lins Tênis Clube e Vitória Esporte Clube (Lins), Jabour Social Clube (Senador Camará), Maxwell Esporte Clube (Vila Isabel), entre muitos outros..

processo de transformação tecnológica cada vez mais intenso, notadamente a partir da década de 1970. Com isso há uma privatização crescente das vivências cotidianas, com as pessoas se restringindo cada vez mais a seu espaço doméstico, utilizando os equipamentos tecnológicos (televisão, vídeo, internet) como mediadores de seu contato com a realidade, o que acaba por reduzir sensivelmente as expressões humanas e afetivas. Para encaminhar uma tentativa de controle sobre as massas, vendem-se fantasias irrealizáveis, simulacros do real, difundidos por uma mídia e por uma indústria cultural poderosas.

Se antes os valores eram construídos no contato pessoal na esfera pública, hoje assistimos a um processo oposto, onde:

Nossa percepção do real passa a ser a de que o espaço público é cada vez mais mediado por uma burocracia que impregna todos os seus poros e que é intransponível. As decisões são todas elas controladas por uma elite tecnocrática, cujo jargão tecnocientífico é impenetrável. E a política foi monopolizada por grupos e mecanismos de "lobyzação" que esvaziaram completamente tanto a capacidade de expressão quanto as aspirações locais, comunitárias ou coletivas (SEVCENKO, 2002. p.40).

Mesmo que não devamos desconsiderar a força desse processo de privatização, não podemos investir na compreensão de que é uniforme ou monolítica essa tentativa de controle. Existem resistências e saídas, basta que as procuremos com calma, cuidado, ênfase e realismo, sem pessimismos ou otimismo exacerbados. Lembremos que a palavra "privatização" deriva do verbo "privare", cujo significado é roubar. E ninguém é roubado de forma absolutamente passiva; há sempre alguma forma de contraposição.

Na verdade, há um somente aparente paradoxo: a mesma indústria cultural que difunde uma visão empobrecida de cultura, também permite um fluxo jamais visto de intercâmbios. Tendo em vista os fluxos e contra-fluxos, a visão de circularidade cultural parece ser mais adequada para considerarmos a problemática. Além disso, existem limitações claras nos projetos de controle, nunca realizáveis plenamente:

...seria radicalmente absurda a idéia de que a expansão das indústrias culturais significaria, ipso facto, a modelagem das mentes e dos comportamentos num só padrão: nem a influência sobre os receptores é tão automática, nem o resultado da interseção dessa influência com a ação dos receptores é tão uniforme (FONTOURA; SILVA, 2001).

De qualquer maneira, devemos reconhecer que o avanço tecnológico ampliou o alcance da indústria cultural, da cultura de massas, fazendo mesmo que a produção cultural muitas vezes se confunda com o consumo passivo de

mega-eventos, distribuídos e oferecidos a partir de um modelo global. As próprias leis brasileiras de incentivo à cultura, em vigor nos últimos anos, têm reforçado essa compreensão, só recentemente tendo surgido críticas mais contundentes a tal fato.

Ainda mais, nem todos podem participar desses eventos, que, muitas vezes contando mesmo com incentivos fiscais públicos, são organizados em locais de difícil alcance e com ingressos a preços proibitivos para a maioria da população.

A cultura é assim entendida, de forma limitada e equivocada, como:

um conjunto de expressões que pode ser resumido no âmbito do entretenimento, do consumo e do agenciamento físico (...). Um contexto, portanto, onde o reflexo prevalece sobre a reflexão, o signo prevalece sobre o símbolo e a virtualidade prevalece sobre a representação (SEVCENKO, 2002, p.42).

As palavras de Walter Prigge (2002, p.55) nos indicam desdobramentos desses fatos que têm impacto direto sobre a cidade: "Essa midiualização estimula a tendência de privatizar os eventos culturais originalmente públicos e sua percepção estética. Com isso reforça ainda mais a erosão progressiva dos ambientes públicos urbanos". Como fica a cidade e seus espaços de lazer nesse contexto? Para uma minoria ligada às elites organizam-se espaços públicos privilegiados, onde, implícita ou explicitamente, definem-se as possibilidades de acesso. Hierarquiza-se e privatiza-se o espaço urbano.

Assim, mesmo que ainda existam muitos fluxos e contra-fluxos entre o centro e a periferia, até mesmo em função das resistências das camadas populares e da ação da cultura de massas que busca transformar em lucros tudo o que for possível, temos que reconhecer que as cidades estão cada vez mais divididas, notadamente as metrópoles.

A CIDADE, O CIDADÃO E O LAZER

Nesse processo de diferenciação social, as possibilidades de lazer estão entre as primeiras negligenciadas para grande parte da população. Basta observar a distribuição geográfica das oportunidades de acesso a bens culturais pelas cidades. No caso do Rio de Janeiro, uma cidade que tem o "privilégio" (que aliás deveria ser de todas as cidades, não devendo nem mesmo ser um privilégio) de possuir uma vasta rede de teatros, cinemas, bibliotecas, centros culturais etc., estes se encontram exatamente em sua grande maioria nas zonas que congregam a população de maior poder aquisitivo (Centro e Zona Sul), ficando mais uma vez abandonadas as áreas mais afastadas.

Vejam alguns exemplos. A cidade possui cerca de 60 centros culturais, mas somente 1 se localiza no eixo Zona Norte-Zona Oeste. De todas as salas de cinema existentes na cidade, somente 21 são dedicadas a uma cinematografia "alternativa", todas localizadas no eixo Centro-Zona Sul. As bibliotecas e museus

mais organizados estão também localizados neste último eixo.

Da mesma forma, temos que lembrar que as praças, os parques e os espaços públicos de lazer mais belos e cuidados estão nos bairros mais ricos da cidade. Além disso, há um claro processo de privatização, como o caso absurdo de cobrança de entradas até mesmo para quem sobe a montanha do Corcovado a pé e o preço excessivamente elevado do bondinho do Pão de Açúcar. Alguns locais, como as Paineiras, somente são alcançáveis por quem possui carro. Vale lembrar também que a maioria dos museus, muitos mantidos com recursos públicos, tem cobrado entrada, normalmente destinando somente um dia específico como gratuito.

As palavras de Molotch citado por Arantes (2002) ajudam-nos a entender os sentidos dessa diferenciação:

O processo de construção da cidade distribui esculturas, museus e edifícios de alto padrão, atraindo aqueles que têm condições de escolher onde viver, trabalhar, gozar sua afluência. As zonas favorecidas incorporam, como lugares, o capital cultural que forja não somente seu futuro privilegiado, mas reduz o futuro das áreas menos favorecidas (p.67).

Não se trata somente de "má distribuição geográfica". Se assim o fosse, poderíamos argumentar: porque os habitantes das favelas situadas nas Zona sul e Central da cidade não freqüentam determinados espaços? Trata-se, na verdade, de uma questão de educação e de vontade política. Não podemos concordar com a compreensão de produção cultural como oferecimento de eventos esporádicos. Há que se investir em um projeto pedagógico contínuo e prolongado, que também procure despertar em cada indivíduo a compreensão de que mais do que consumidor de cultura é também produtor de cultura. Mais ainda, que entenda como um direito básico o acesso à multiplicidade de oportunidades que a cidade deve oferecer.

Obviamente que esse processo não trás problemas somente para os cidadãos das camadas populares, por certo os mais expostos e atingidos por terem menos possibilidades de contrapor e minimizar seus efeitos perversos. Em função desse afastamento de cidadão e cidade, alguns problemas são bastante visíveis para todos, como a violência, que não podem ser reconhecidos somente enquanto conseqüências da ordem econômica, mas também como frutos da diluição (transformação) de valores.

Desconsiderados pela cidade e fragmentados, de alguma forma segregados na periferia, os indivíduos reagem de diferentes maneiras e vemos acentuar-se o desgaste moral, o desgaste dos valores comunitários: "a individualização leva ao solapamento dos vínculos. Desligados dos contratos do estado social, os indivíduos sentem-se apenas usuários da cidade, sem estarem comprometidos com os problemas urbanos em geral" (PRIGGE, 2002. p.53).

Isso não significa que as camadas populares não tenham alternativas de organização no âmbito do lazer. Os estudos de Jesus (2002), Pítaro; Barbosa (2003);

Peres (no prelo) demonstram que existem tais iniciativas e muitos indivíduos preocupados e envolvidos com projetos desta natureza. Contudo, em função do quadro social, tais iniciativas encontram muitas dificuldades, inclusive de continuidade e de organização.

A solução encontrada pelas elites, aterrorizadas por esses desdobramentos, é se fechar em espaços que possam conceder "condições de urbanidade" e segurança (bastante relativa, aliás, na medida em que em algum momento todos precisam procurar o espaço público), como shoppings-centers e condomínios que oferecem todas as benesses para quem pode pagar, supostamente mantendo os ricos longe dos problemas sociais, a não ser quando deixam seus "mundos de sonhos" por algum motivo (trabalho, outra forma de lazer etc.). Chamam bem a atenção Ricardo Freitas; Rafael de Toledo Piza (2001):

...os condomínios fechados da Barra da Tijuca são equipamentos pós-industriais que valorizam a privatização do cotidiano, incluindo diversas formas de lazer (...) Delimitados entre barreiras traduzidas por grades, muros e portões, muitos de seus habitantes preferem só cruzá-las para chegar a outra terra encantada onde a realidade social da cidade também aparente ser uma referência do mundo exterior. Entre ilhas conhecidas como shoppings centers, centros empresariais e parques temáticos, alguns dos moradores dos condomínios fechados vivem uma espécie de circuito fechado (p.43).

Assim sendo, devemos considerar que:

hoje os estilos de vida urbana se reduzem a uma questão de preço. Por isso, a urbanidade parece ser produzível (...); como marca estética, fica restrita a determinados fragmentos urbanos centrais nos quais "a gente" assume um comportamento urbano adequado: a "urbanidade" transforma-se em estratégia estética hegemônica para a revalorização de espaços centrais" (PRIGGER, 2002. p.54).

Inseridas nas preocupações de minimizar, e não solucionar, os problemas da cidade, podemos identificar uma série de propostas de intervenção paliativas para o espaço urbano, que surgem com o argumento, a princípio louvável, de "melhorar a cidade para todos", mas normalmente se estabelecem como maquiagens para tornar mais agradável a vida daqueles que já estão longe das periferias. Muitas vezes tais remodelações são vinculadas a eventos internacionais que ocorrem na cidade, como se fossem um ganho secundário. Por exemplo, quando a cidade sedia congressos, festivais, encontros diplomáticos ou competições esportivas de caráter internacional.

Arantes (2002) é uma das autoras que critica essa concepção de

cidade-evento, cujas remodelações poucos ganhos trazem para o cômputo geral da população:

não há paradoxo algum, antes involuntária coerência, num projeto de reestruturação do sentido original do "fazer cidade" (como se diz nos prospectos) movido a "ocasiões" sem significado urbano intrínseco, além da equivalência geral das boas oportunidades, em si mesmo indiferentes, desde que abram uma porta para a globalização, porta estreita por definição. Esse, sem dúvida, um dos traços do urbanismo dito de última geração: vive-se a espreita de ocasiões...para fazer negócios! (p.59).

Essa concepção se articula coerentemente com a lógica de entendimento da produção cultural como espetáculo de entretenimento, como estratégia de consumo fácil, muitas vezes pela própria televisão e não in loco, substituindo o antigo sentido de festa como uma forma de resistência, de reafirmação de valores da tradição e de construção de redes de sociabilidade.

Se antes as cidades já estavam imersas na lógica do acúmulo de capital e as iniciativas de controle da população estavam ligadas ao fortalecimento das estratégias de negócios, o que parece diferenciar este momento é o fato das cidades em si se estabelecerem como formas de negócios, compreendidas como uma mercadoria, muito ligadas à lógica do trabalho, afinal, a cidade não seria para a diversão (para isso há a casa) e sim para "ganhar dinheiro".

Daí não haver grandes equipamentos culturais nas periferias, como já dissemos. Outro exemplo flagrante é a própria disponibilidade de transporte público nos domingos e feriados. Por que, no Rio de Janeiro, o metrô permanece fechado nos domingos? Não seria fundamental para que a população da Baixada Fluminense pudesse melhor acessar a Zona Central da cidade, e suas muitas possibilidades de lazer, nos momentos de folga? Afinal, o transporte público não é uma concessão governamental? Não deveriam os poderes públicos intervir nesse aspecto?

Não por acaso, muitas atividades de alguma forma ligadas ao ethos e aos desejos das camadas populares sofrem diversas formas de preconceito e intervenção. No Rio de Janeiro vemos isso ocorrer com a Feira de São Cristóvão, há anos acontecendo nas redondezas do Pavilhão localizado no mesmo bairro. A prefeitura resolveu "organizar" tal feira, o que pode significar (e desconfio que acontecerá) modificar profundamente as características daquela organização com marcas comunitárias, que terá que se submeter muito possivelmente a uma lógica tecnocrática. Processo semelhante aconteceu com o Terreirão do Samba, que se organiza no carnaval, na Praça Onze, zona central da cidade (MELO, 2000).

A ANIMAÇÃO CULTURAL: UMA ALTERNATIVA

Imaginemos que existam transportes adequados, preços acessíveis, condições para que a população da periferia acesse com qualidade os equipamentos

culturais e um processo de educação constante: estariam resolvidos todos os problemas? Por certo que não. Primeiro porque não se trata somente de levar o povo da periferia para consumir a cultura do centro, mas levar a cultura do centro à periferia também. Depois, porque também se trata de romper qualquer fronteira artificial que exista entre a cultura da periferia e a do centro. As pessoas precisam se entender enquanto produtoras de cultura e entender a cultura a partir da visão de circularidade e influências múltiplas. Logo, a cultura da periferia também tem que chegar ao centro.

Por fim, é necessário questionar os sentidos de status e distinção que persistem insistentemente entre muitos daqueles responsáveis pela "cultura" na cidade ("produtores e promotores culturais"), sempre a desfilar seus vestidos elegantes e seus supostos hábitos refinados pelas vernissages e galerias de arte. A própria maneira como se organizam os equipamentos culturais se constituem em constrangimento para quem não pertence àquele "mundinho". Aliás, é curioso como os "produtores e promotores culturais" se prestam bem aos papéis esperados pela ordem social, mesmo quando afirmem, somente nos discursos, o contrário. Enfim:

não se trata de constatar a colonização da animação cultural (que aliás já nasceu colonizada, como o próprio nome indica) pela máquina de crescimento, mas, sobretudo, a operação inversa: o novo combustível sem o qual a coalizão não fabrica os consensos de que necessita, pois se trata de uma máquina ideológica acionada pelos que administram tanto a construção física quanto a ideacional dos recursos capazes de impulsionar o desenvolvimento dentro e pelos "lugares" da cidade, apropriadamente denominados urban imaginers (ARANTES, 2002. p.68).

Logo, uma boa alternativa e uma necessidade seria exatamente pensar com mais cuidado a questão da animação cultural. Há que se pensar estratégias para reverter esse quadro. Há que se pensar em uma animação cultural diferenciada, que aponte para outras intencionalidades, opostas às em vigor. Pensar a animação cultural como uma tecnologia de intervenção que contraponha, sem negar, os usos atuais da tecnologia (MELO, 2002a).

Como bem afirma Prigge (2002), devemos pensar em um processo de mediação cultura que pressupõe:

uma transformação da situação dos meios de produção cultural interativa, que são programados cada vez mais segundo critérios de empresas privadas; em vez disso deveria existir a possibilidade de fazer do consumidor privado de bens culturais um produtor público de cultura. Para chegar a esse ponto é necessário descobrir (...) interligações criativas entre a mídia virtual "privada" e o espaço "público" urbano que permitam o aproveitamento produtivo dos processos de midialização de

ação global na cultura urbana (p.56).

Enfim, se cremos que um dos grandes problemas da atual ordem social é o distanciamento do cidadão de sua cidade, pelos motivos fartamente expostos, acreditamos também que um projeto de animação cultural pode contribuir para a superação dessa dissociação por meio das atividades de lazer.

Trata-se de contribuir para recuperar a cidadania do cidadão. O cidadão deve reconhecer que da mesma forma que deve ter um compromisso com a manutenção e a construção do ambiente urbano (em todas as dimensões possíveis), também deve cobrar intervenções governamentais nesse sentido, não só de forma paliativa, mas estruturais nesse modelo de sociedade.

E se as atividades de lazer e o animador cultural não podem sozinhos dar conta desse intuito, por certo não podem ser negligentes no que se refere a sua possível contribuição. Seria tão questionável acreditar que por si só as atividades de lazer tenham um potencial suficiente para promover uma mudança da estrutura social, quanto acreditar que tais atividades se referem a uma prática desinteressada, sem conexão com a realidade e sem contribuição para a superação do status quo.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. Cultura e transformação urbana. In: PALLAMIN, Vera (Org.). *Cidade e cultura: esfera pública e transformação urbana*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002. p.59-72.

FONTOURA, Carlos; SILVA, Augusto Santos. A cidade ao lado da cultura: espacialidades sociais e modalidades de intermediação cultural. In: SANTOS, Boaventura dos. *Globalização e Ciências Sociais*. Lisboa, 2001. p.419-474.

FREITAS, Ricardo Ferreira, PIZA, Rafael Nacif de Toledo. Sobre condomínios fechados: as fronteiras do lazer nos espaços contemporâneos. In: VILLAÇA, Nízia, GÓES, Fred (Org.). *Nas fronteiras do contemporâneo*. Rio de Janeiro: Maud, 2001. p.36-44.

JESUS, Marcelo Siqueira de. *Percorrendo os caminhos culturais do centro da cidade do Rio de Janeiro: um caminho para acessibilidade*. Rio de Janeiro: UFRJ/EEFD, 2002. Memória (Bacharelado em Educação Física).

MELO, Victor Andrade de. Educação estética e animação cultural. *Licere*, Belo Horizonte, v.5, n.1, p.101-112, 2002.

MELO, Victor Andrade de. Lazer e camadas populares: reflexões a partir da obra de Edward Palmer Thompson. *Movimento*, Porto Alegre, n.14, p.9-19, 2001.

MELO, Victor Andrade de. Terreirão do samba: resistência e contra-resistência no carnaval do Rio de Janeiro. *Licere*, Belo Horizonte, v.3, n.1, p.93-104, 2000.

NEGT, Oskar. Espaço público e experiência. In: PALLAMIN, Vera (org.). *Cidade e cultura: esfera pública e transformação urbana*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002. p.17-26.

PERES, Fabio de Faria. Lazer, cultura, política: as camadas populares e o caso de Manguinhos. In: MELO, Victor Andrade de; PERES, Fabio de Faria, MELO, Marcelo de Paula (Org.). *Lazer, cidade e minorias sociais*. Rio de Janeiro. (no prelo)

PITARO, Felipe, BARBOSA, Ana Paula. *Perfil do frequentador de espaços de lazer: Piscinão de Ramos e Paineiras*. Rio de Janeiro: UFRJ/EEFD, 2003. Memória (Bacharelado em Educação Física).

PRIGGE, Walter. Metropolização. In: PALLAMIN, Vera (Org.). *Cidade e cultura: esfera pública e transformação urbana*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002. p.51-58.

SEVCENKO, Nicolau. O desafio das tecnologias à cultura democrática. In: PALLAMIN, Vera (Org.). *Cidade e cultura: esfera pública e transformação urbana*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002. p.37-49.

ABSTRACT: How can we understand the relationship between city and citizen nowadays? How can we think cities as a leisure lands? Can a cultural interference help to build a more inclusive city? This article has for purpose expresse some thoughts about these questions to the viem point of Architecture and Cultural Studies. It tries to affirm that a cultural interference process should be a pedagogic accion and it can contribute to revert the situation of drain of public spaces of the city as a privileged place of political experiences.

KEY WORDS: Social and Cultural Development, Cultural Interference Process, city, Leisure

Endereço do autor

Victor Andrade de Melo

Praia de Botafogo 428/208

Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

Cep.: 22.250-040

Endereço eletrônico: Victor@marlin.com.br

Recebido em: 30/ 03/2003

Acceto em: 02/ 07/2003